

CORREIO NACIONAL

Tânia Régio/Agência Brasil



Medida não atinge calendário de outros blocos

Justiça suspende divulgação de resultado do bloco 4

A Justiça Federal determinou nesta quinta-feira (3) a suspensão da divulgação dos resultados das provas do bloco 4 do Concurso Nacional Unificado (CNU). Com a decisão, os resultados das provas, que seria divulgado no dia 8 deste mês, deverá ficar suspenso até decisão final da Justiça sobre o caso. Medida não atinge calendário de outros blocos.

A decisão foi proferida pelo juízo da 14ª Vara Cível do DF e foi motivada por uma ação popular que contestou o suposto

Enem: cartilha da redação

O Inep disponibilizou, na última quarta-feira (2), em seu portal na internet, o documento A Redação do Enem 2024 – Cartilha do Participante.

O material procura esclarecer dúvidas sobre critérios que fazem um texto ser bem qualificado no Enem.

Além das informações

Missões de observadores

As eleições municipais de domingo serão acompanhadas por cinco missões de observadores nacionais. A atuação de missões independentes é uma medida de praxe que ocorre em todas eleições. Segundo informações divulgadas na quinta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as equipes

Proibição para a PRF

O ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ricardo Lewandowski, afirmou que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) está proibida de fazer bloqueios em estradas durante as eleições municipais marcadas para domingo (6).

De acordo com ele, a instituição deverá atu-

Lei Seca nas eleições

Pelo menos nove estados proibirão a venda de bebidas alcoólicas no dia das eleições municipais, marcadas para o próximo domingo. Em seis deles, a medida valerá em todo o estado: Acre, Amapá, Pará, Piauí, Maranhão e Alagoas. Em outros três, a medida será restrita a zo-

Cometa poderá ser avistado

Um dos cometas mais importantes a passar perto da Terra neste século, estará visível com maior nitidez neste mês de outubro. Apelidado de “Cometa do Século”, a máxima aproximação do cometa à Terra ocorrerá no domingo. Segundo o pesquisador Filipe Monteiro, do Observa-

vazamento das provas do bloco, que continha questões sobre Trabalho e Saúde do Trabalhador.

O suposto vazamento teria ocorrido em uma escola de ensino médio em Recife. De acordo com o processo, os fiscais de prova do turno da manhã da prova abriram por engano o pacote lacrado com provas do período da tarde.

As provas chegaram a ser distribuídas aos candidatos, que preencheram os campos de identificação e iniciaram a resolução das questões.

sobre a matriz de referência da prova, há exemplos comentados de redações que receberam pontuação máxima (1.000 pontos) no Enem 2023.

No dia 3 de novembro, primeiro dia do exame, os participantes deverão escrever um texto dissertativo-argumentativo de até 30 linhas.

credenciadas pelo tribunal vão percorrer 23 estados durante o pleito para verificar a transparência e a integridade das eleições brasileiras. Ao todo, as missões terão 259 pessoas para realizar a fiscalização. Somente o Amapá, Piauí e Tocantins não receberão a visita de observadores nacionais.

ar para facilitar a movimentação dos eleitores, conforme termo de colaboração firmado entre o ministério e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Caso haja necessidade de bloqueio em função de algum incidente, por exemplo, a PRF terá a atribuição de organizar caminhos alternativos.

nas eleitorais específicas. No Tocantins, serão quatro zonas, enquanto em Mato Grosso serão três, segundo informações dos TRES. Em Goiás, o TRE não informou sobre as zonas que terão a chamada Lei Seca, mas pelo menos uma delas anunciou que adotará a proibição.

tório Nacional, “a distância equivale a 70.724.459 quilômetros, enquanto seu periélio (maior aproximação ao Sol) ocorreu na sexta-feira”.

Durante o mês de agosto e até a última semana de setembro, o cometa esteve ofuscado pelo brilho do Sol.

Número de universitários é o maior em nove anos

Censo aponta que cotistas têm índice maior de conclusão

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Segundo o MEC, com base no Censo, são 9,9 milhões de alunos matriculados

O número total de estudantes dos cursos de ensino superior no Brasil, contando tanto os presenciais quanto os da modalidade a distância, cresceu 5,6% em 2023 na comparação com 2022. Segundo o Ministério da Educação, com base no Censo de Educação Superior, são 9,9 milhões de alunos matriculados, o maior registrado em nove anos.

O censo traz também que existem hoje 4,9 milhões de matrículas nos cursos a distância, o que representa 49% do total. Para o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), as projeções apontam que neste ano os estudantes nos chamados cursos de educação a distância (EADs) devem superar os matriculados em cursos presenciais.

Hoje a diferença entre as duas modalidades é de apenas 150.220 matrículas.

O número de cursos de educação a distância no país cresceu 232% no período compreendido entre 2018 e 2023. O impulso da modalidade aconteceu com a pandemia de Covid-19, em 2020.

As instituições privadas respondem pela ampla maioria

dos inscritos nos cursos EADs: 79,3% no total. O crescimento da modalidade de 2022 a 2023 na rede particular ficou em 7,3%. As instituições públicas, por sua vez, assistiram a uma diminuição de 0,4% das vagas ocupadas na modalidade a distância, o que representa 20,7%, no mesmo período.

“O número total de alunos matriculados no ensino superior cresceu, o que é uma boa notícia para o país. Essa ten-

dência confirma os dados das pesquisas que divulgamos. Notamos que o número de alunos matriculados nos cursos EaD praticamente igualou o número de alunos nos cursos presenciais, que vem caindo gradativamente, como modalidade”, disse Celso Niskier, diretor presidente da ABMES.

“Nosso desafio é investir na qualidade da educação a distância, que é a que permite a democratização do acesso ao

ensino superior em todo o Brasil”, completou o dirigente da associação.

Além disso, o Censo de 2023 do MEC revelou que 51% dos alunos cotistas concluíram seus cursos, percentual superior ao de estudantes não cotistas, que ficou em 41%. A pesquisa mostrou que o Prouni e o Fies contribuíram para os índices de estudantes que conseguiram concluir seus cursos.

TCU aponta sonegação na mineração

Reprodução



Assunto será apreciado em sessão do tribunal no dia 9

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) revelou que o setor mineral tem sonegado fatia considerável da compensação financeira pela exploração de recursos minerais (Cfem), conhecida como royalties da mineração.

Problemas também foram encontrados em relação à taxa anual por hectare (TAH), embora em menor escala. A situação se agrava porque, além da significativa sonegação, há dificuldade de fiscalização por parte da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Os achados da auditoria do TCU estão em relatório assinado pelo ministro relator Benjamin Zymler, colocado em pauta em sessão plenária desta quarta-feira (2), mas posteriormente retirado.

O assunto deve ser apreciado na próxima sessão, agendada para o dia 9 de outubro. Consta no documento que, entre 2017 e 2022, 69,7% dos titulares de 30.383 processos ativos na fase de concessão de lavra e de licen-

ciamento não pagaram espontaneamente o tributo. Além disso, nos 134 processos fiscalizados pela ANM, em que houve o recolhimento espontâneo, observou-se um percentual médio de sonegação de 40,2%.

O TCU apontou que persistem problemas já identificados em auditorias anteriores realizadas pelo próprio tribunal nos anos de 2018 e de 2022. Registra ainda que indícios de arrecadação de compensação financeira a menor

foram igualmente identificadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), que apurou um percentual médio de sonegação de 30,5% em uma análise envolvendo o período de 2014 a 2019.

A CGU concluiu que as fiscalizações da agência estavam sendo realizadas sem planejamento e que os sistemas de informação utilizados eram falhos e insuficientes.

De acordo com a auditoria do TCU, considerando a

sonegação apurada de 40,2%, um total de R\$ 12,4 bilhões deixaram de ser arrecadados com a Cfem entre 2014 e 2021. Se for aplicado ao mesmo período o percentual de 30,5% calculado pela CGU, o valor seria um pouco menor, mas ainda assim bastante expressivo: R\$ 9,4 bilhões.

O TCU aponta ainda que pelo menos R\$ 4 bilhões já foram perdidos de forma definitiva. Esse montante diz respeito ao total de créditos decaídos e prescritos no período de 2017 a 2021. Ou seja, não podem mais ser cobrados.

A decadência é declarada quando se passam dez anos sem que a agência consiga concluir o processo de apurar valores devidos, notificar devedores, analisar eventuais recursos e constituir o crédito. Já a prescrição ocorre nos casos em que o crédito é constituído mas, após cinco anos, não houve providências para sua inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

STF

Legitimidade do MP para firmar acordos desportivos

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, nesta quinta-feira (3), a analisar o referendo de uma liminar do ministro Gilmar Mendes que suspendeu decisões judiciais que consideram que o Ministério Público não pode intervir em questões relacionadas às entidades desportivas e à prática do desporto no país. O tema é tratado na Ação Direta de Inconstitucional (ADI) 7580, e o julgamento deve ser retomado na sessão da próxima quarta-feira (3).

Também está em jogo a possibilidade de o Poder Judiciário interferir em assuntos ligados à autonomia das entidades esportivas.

STJ

Tribunal amplia transparência virtualmente

Com o objetivo de dar mais velocidade e transparência aos julgamentos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) fez uma série de alterações em seu Regimento Interno para ampliar as sessões virtuais. Após a aprovação, pelo Pleno, da Emenda Regimental 45/2024, quase todos os processos originários e recursais submetidos ao tribunal podem ser julgados em sessões virtuais, inclusive habeas corpus e casos que podem formar precedentes qualificados, como os recursos repetitivos e incidentes de assunção de competência (IAC). A nova plataforma será apresentada em uma sessão virtual piloto da Quinta Turma, entre 1º a 7 de outubro.

TSE

Curso sobre medidas de combate à desinformação

A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral oferece gratuitamente o curso “Plataformas Digitais em Ação – Eleições 2024”, que tem o objetivo de apresentar medidas de combate à desinformação e políticas de uso aplicáveis em seus sistemas no contexto do processo eleitoral.

A capacitação reúne coleções em multimídia construídas pelas plataformas Meta, Google, Kwai, LinkedIn, Telegram e TikTok e faz parte da iniciativa “TSE Facilita”. A ação foi desenvolvida a partir dos memorandos de entendimento firmados entre o Tribunal e as plataformas digitais

TCU

Falta de recursos ameaça obras na educação

Na sessão plenária desta quarta, o Tribunal de Contas da União analisou a primeira fase do processo de acompanhamento das ações do governo federal no Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica e Profissionalizante. Os ministros decidiram que é preciso alertar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre a necessidade de garantir a transparência das ações do Pacto, além de demonstrar que os recursos são suficientes, que há previsão de investimento plurianual e que serão priorizados para garantir a continuidade e conclusão das obras, cujo valor estimado chega a R\$ 3,8 bilhões.